



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

Informativo sobre a Estiagem no Nordeste - nº 77 15/02/2015

1. As ações da Codevasf para inclusão produtiva.

A partir de meados da década de 60, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco e Parnaíba (Codevasf) começou a investir na criação de infraestrutura de irrigação e geração de energia elétrica. A iniciativa contribuiu para o desenvolvimento da região, gerando impactos positivos na agricultura irrigada para a produção de alimentos, na criação de empregos e no aumento da renda regional. Nas décadas de 80 e 90, o setor privado, motivado pela necessidade de competir nos mercados nacionais e internacionais, passou a pressionar o Governo para este promover a ampliação da infraestrutura. As ações da Codevasf, junto com instituições privadas, resultaram em uma expressiva melhoria dos indicadores socioeconômicos da região, devido ao fortalecimento do sistema produtivo regional.

Mais recentemente, a Codevasf constituiu sete Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura que hoje são referência em pesquisa e reprodução de peixes para repovoamento do Rio São Francisco. A Companhia investiu, de 2007 a 2014, mais de R\$ 25 milhões em obras e equipamentos, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para manutenção e operação das unidades são aplicados, anualmente, cerca de R\$ 3 milhões.

Em 2014 esses Centros produziram mais de 9 milhões de alevinos. A ação beneficiou 81 municípios nos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe. Os alevinos são usados para recuperar os recursos pesqueiros do Rio e de seus afluentes. Além de promover a recuperação da ictiofauna, essas ações proporcionam alternativas de trabalho e renda, com a utilização de pacotes tecnológicos em aquicultura adaptados à realidade local.

Ampliando as ações para a inclusão produtiva, a Companhia, no mês de janeiro último, concretizou uma nova alternativa por meio da despesca de camarão. A despesca consiste na retirada dos camarões de tanques após a aclimação e a produção em viveiro do camarão marinho *Litopenaeus vannamei*. Os estudos para produção de camarão no vale do São Francisco tiveram início em 2012 e os primeiros testes de aclimação ocorreram em 2013. Na estreia do processo de despesca, cerca de 100 quilos de camarões foram recolhidos de dentro de um viveiro de 300 metros quadrados instalado no sertão de Pernambuco. O camarão marinho adaptado à água doce é algo de toda forma inusitado. Uma vez consolidada a adaptação, leva-se para áreas de escassez, onde prevalece água salobra – que poderá passar de problema à solução com a viabilidade da produção.

2. Programação Anual do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

A programação do FNE para 2015 contempla elevação do limite de financiamento para empreendedores individuais. Proposta pelo Banco do Nordeste, para o exercício de 2015, e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Programação Anual do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste apresenta melhorias nas condições de contratação, destacando-se a elevação do limite de



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

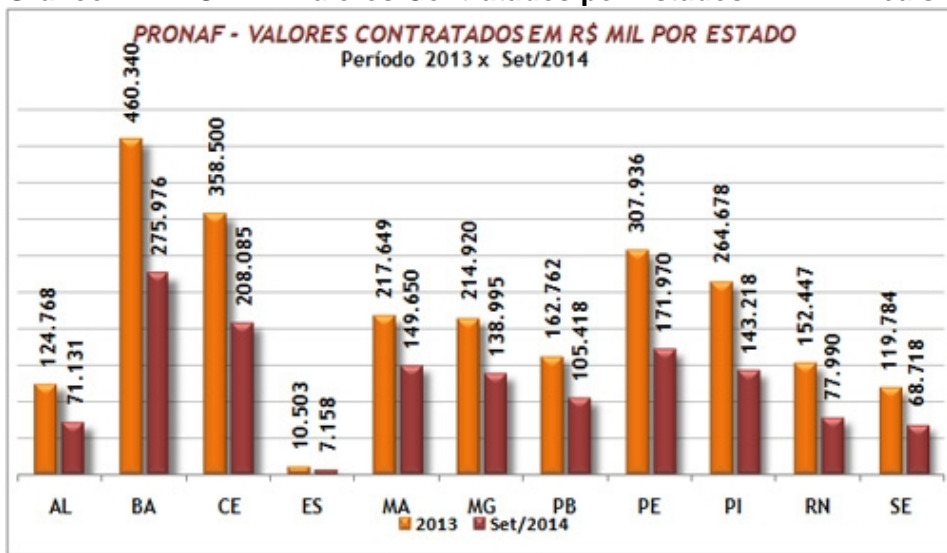
financiamento, para empreendedores individuais, de R\$ 15 mil para R\$ 20 mil. As mudanças estão vigentes desde o dia 2 de janeiro deste ano.

O Plano de Aplicação de Recursos conta com R\$ 13,3 bilhões, disponíveis para onze estados da área do FNE (Região Nordeste e norte de Minas Gerais e do Espírito Santo). Desse total, os setores de Comércio e Serviços, Indústria e Agricultura respondem por, respectivamente, 30%, 25,8% e 19,1%. Destes recursos, 51% destinam-se aos beneficiários de mini, micro, pequeno e pequeno-médio portes. Para o Semiárido, um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), são propostos R\$ 3,6 bilhões.

Por meio da resolução nº 4.395/2014, do Conselho Monetário Nacional (CMN), as taxas do FNE variam de 4,71% a 14,71% ao ano, sendo reduzidas, com o bônus de adimplência, para 4% a 12,5%, no caso de pagamentos feitos até a data de vencimento.

A política do Banco do Nordeste de apoio à agricultura familiar segue as seguintes diretrizes: priorização do FNE e dos recursos do Tesouro Nacional como fontes financiadoras; adoção da metodologia de microcrédito produtivo orientado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), via programa Agroamigo; incentivo à atividade não agrícola no meio rural; estímulo às atividades de maior valor agregado; apoio à estruturação de cadeias produtivas; e fortalecimento das parcerias para viabilizar assistência técnica e capacitação. O Gráfico 1 apresenta um balanço das aplicações no Pronaf, de 2013 a setembro de 2014.

Gráfico 1 - PRONAF: Valores Contratados por Estados. Em Mil Reais de 2013 a 2014.



Fonte: Banco do Nordeste

3. Nordeste: 5º Levantamento de safra agrícola 2014/2015.

A Tabela 1, a seguir, apresenta um comparativo entre os 4º e 5º levantamentos da safra 2014/2015 – realizados pela Conab, respectivamente nos meses de dezembro de 2014 e Esplanada dos Ministérios, Bloco D - 5º Andar - 70043-900 - Brasília / DF - Tel: (61) 3218-2553 - Fax: (61) 3225-4726



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

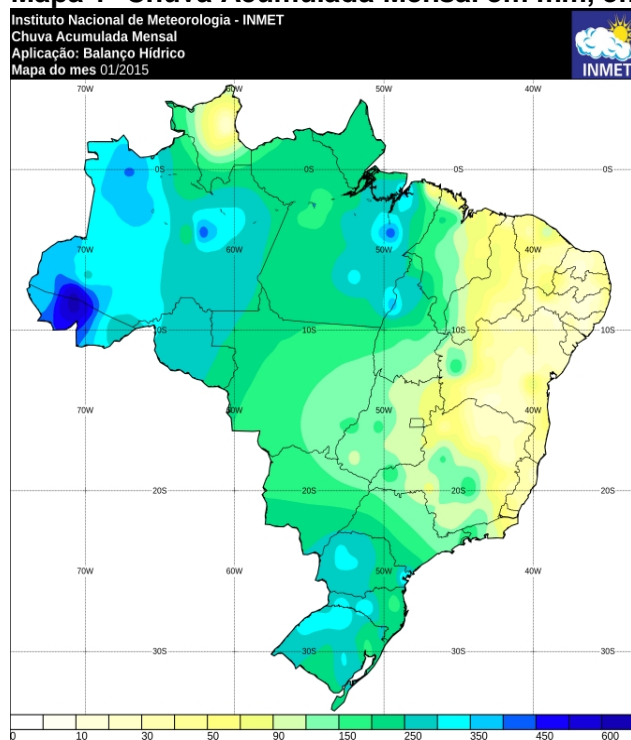
janeiro de 2015, para uma seleção de produtos (algodão, arroz, feijão, milho e soja) dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia – que mostra, em geral, uma queda ou estagnação nas estimativas de safras levantadas. Fato que se atribui à baixa precipitação pluviométrica ocorrida no mês de janeiro de 2015, a qual pode ser confirmada pelo mapa de chuva acumulada, a seguir apresentado.

Tabela 2 – Comparativo dos levantamentos da safra agrícola 2014/2015 para a seleção de produtos dos estados de MA, PI, BA (em mil T).

PRODUTOS	4º Levant. (a)	5º Levant. (b)	Var (%) (b/a)
Algodão	1.338,30	1.338,30	0,00
Arroz	787,00	751,00	-4,57
Feijão	415,30	416,10	0,19
Milho	6.459,10	6.348,00	-1,72
Soja	8.164,00	7.902,00	-3,21
TOTAL	17.163,70	16.755,70	-2,38

Fonte: Conab

Mapa 1 -Chuva Acumulada Mensal em mm, em Jan de 2015.



Fonte: INMET

O Mapa 1 da chuva acumulada no mês de janeiro de 2015, divulgado pelo Inmet, mostra a precipitação pluviométrica bem abaixo dos índices dos meses de novembro e dezembro de 2014. Isso fez com que a agricultura fosse afetada no desenvolvimento de suas culturas e ocorresse uma pequena quebra sobre a estimativa anterior de safra levantada pela Conab.



4. Operação Carro-pipa.

Um balanço geral da Operação, realizado no mês de dezembro de 2014, demonstrado pela Tabela 2, evidencia que um total de 7.994 pipeiros estavam contratados e 895 municípios eram atendidos pelo programa. Esses números revelam que – para as populações de grande parte do Semiárido, no terceiro ano de prolongada estiagem – a Operação Carro-pipa ainda é imprescindível para suprir as necessidades mínimas do dia-a-dia.

Tabela 2 - Balanço geral - Atualizado em: 12/2014

Estado	Governo Federal		Governo Estadual		Total	
	Pipeiros contratados	Municípios Atendidos	Pipeiros Contratados	Municípios Atendidos	Pipeiros Contratados	Municípios Atendidos*
AL	166	33	239	37	405	40
BA	1.587	155	463	134	2.050	214
CE	1.173	108	54	20	1.227	126
MG	101	36	0	0	101	36
PB	1.075	160	0	0	1.075	160
PE	1.225	100	614	82	1.839	104
PI	581	68	0	0	581	68
RN	537	113	45	28	582	135
SE	96	12	38	6	134	12
Total	6.541	785	1.453	307	7.994	895

Fonte: COTER/MD e CENAD/MI

*Não é uma simples soma do número de municípios atendidos, pois há municípios que são atendidos tanto pelo Governo Federal, quanto pelo Governo Estadual. Portanto, o Total da soma dos municípios atendidos exclui aqueles que estiverem em duplicidade.

A Operação distribui água potável por meio de carro-pipa à população situada nas regiões afetadas pela seca ou estiagem, especialmente no Semiárido nordestino e norte de Minas Gerais. A ação é uma parceria do Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, com o Exército Brasileiro.

A execução do programa, incluindo contratação, seleção, fiscalização e pagamento dos pipeiros, é de responsabilidade do Comando de Operações Terrestres do Exército Brasileiro (Coter). A solicitação de atendimento pela Operação Carro-pipa é feita diretamente à Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração. A demanda é encaminhada ao Exército, que faz uma avaliação técnica, em conjunto com a prefeitura municipal. Constatada a necessidade, o município é incluído na operação e passa a receber água por meio dos carros-pipa contratados pelos governos.